
DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: FLORESTAN FERNANDES EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

DEMOCRACIA Y EDUCACIÓN: FLORESTAN FERNANDES EN DEFENSA DE LA ESCUELA PÚBLICA

DEMOCRACY AND EDUCATION: FLORESTAN FERNANDES IN DEFENSE OF PUBLIC SCHOOL

Julio Hideyshi Okumura¹

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o pensamento educacional de Florestan Fernandes, no movimento Em Defesa da Escola Pública ocorrido em 1960. Para compreendê-lo, elencamos três pontos: sociologicamente, influenciado por K. Mannheim, Florestan preconizava a aplicação da ciência na formação do cidadão democrático, participante de um momento de desenvolvimento industrial e tecnológico; pedagogicamente, o autor propunha que as relações entre professor e aluno fossem democráticas e em questões políticas, que a verba pública fosse destinada somente à escolar pública. A leitura do autor, mesmo ao passar de 60 anos, certamente nos oferecerá reflexões atualíssimas sobre a educação brasileira e seus dilemas.

Palavra-chave: Educação. Florestan Fernandes. Em defesa da Escola Pública.

Resume: El artículo tiene como objetivo analizar el pensamiento educativo de Florestan Fernandes, en el movimiento En Defensa de la Escuela Pública ocurrido en 1960. Para comprenderlo, elencamos tres puntos: sociológicamente, influenciado por K. Mannheim, Florestan preconizaba la aplicación de la ciencia en la formación del conocimiento ciudadano democrático, participante de un momento de desarrollo industrial y tecnológico; pedagogicamente, el autor proponía que las relaciones entre profesor y alumno fuesen democráticas y en cuestiones políticas, que la asignación pública fuera destinada solamente a la escuela pública. La lectura del autor, incluso al pasar de 60 años, seguramente nos ofrecerá reflexiones actualesísimas sobre la educación brasileña y sus dilemas.

Palabra clave: Educación. Florestan Fernandes. En defensa de la Escuela Pública.

Abstract: The article aims to analyze the educational thinking of Florestan Fernandes in the In Defense of the Public School movement in 1960. In order to understand it, we point out three points: sociologically, influenced by K. Mannheim, Florestan advocated the application of science in training of the democratic citizen, participant of a moment of industrial and technological development; pedagogically, the author proposed that the relations between teacher and student be democratic and in political matters, that the public budget should be directed only at the public school. The author's reading, even after the passage of 60 years, will certainly offer us very current reflections on Brazilian education and its dilemmas.

Keyword: Education. Florestan Fernandes. In defense of the Public School

Introdução

No Brasil, no início de 1960, muitos movimentos sociais se levantaram para se articularem e lutarem por suas demandas, dentre elas, a reforma agrária, a educação, por melhores condições de emprego, etc. Segundo Moniz Bandeira (1983), houve muitas greves e manifestações nas quais pressionavam o poder político ganhando corpo e legitimidade diante as reivindicações e necessidades da sociedade. O contexto era de muitos conflitos por causa de interesses peculiares vindos das duas classes,

ou seja, os trabalhadores e a burguesia brasileira que, claramente, estava articulada; ou melhor, dependente dos países imperialistas, sobretudo, dos Estados Unidos.

Nas relações mundiais, a possibilidade de influência dos países comunistas incomodava, principalmente, o acidente dominado pelos Estados Unidos. Outro ponto que também é importante ressaltar para auxiliar em compreendermos a conjuntura, assim como destaca Moniz Bandeira (1983), é que o mundo estava passando pela Guerra Fria. Assim sendo, a fim de conter o alastramento e a possibilidade do comunismo no mundo, haja vista que Cuba de Fidel e Che Guevara tinha acabado de conquistar o poder 1959, o Governo Norte Americano, estrategicamente, aciona planos para controlar qualquer probabilidade de os países Sul americanos embarcarem na onda comunista revolucionária.

No Brasil, nesse contexto, dentre os pontos de tencionamento, Florestan Fernandes e outros intelectuais – por meio de manifestações, discursos em locais públicos, palestras e debates – encabeçavam uma luta que priorizava o direito pela escola pública em todos os níveis escolares, para todos, de qualidade e laica. Esse será o tema que direcionará o presente artigo. Ou seja, no contexto fervoroso que sinteticamente foi mencionado e, como sabemos, precedeu o Golpe Militar ocorrido em 1964, quais eram as propostas contidas nos debates sobre o tema educação que Florestan Fernandes defendia nesse momento?

Para nos esforçarmos a compreender os pontos principais das proposições feitas pelo autor sobre o tema educação, o presente artigo passará por três principais pontos, são eles: 1) naquele contexto, para o autor, qual é o papel da educação no Brasil 2) qual é a relação educativa entre professor e aluno e 3) a verba pública e seus direcionamentos na educação brasileira.

Temos consciência que o tema é de extrema complexidade, por isso, não intencionamos esgotá-lo. Consideramos que o debate levantado é atualíssimo e, Florestan Fernandes, foi um dos grandes intelectuais da sociologia e afincado tradutor da realidade social brasileiro, sua visão sobre a educação em nosso país, contribuirá e suscitará a “imaginação inventiva” (como o próprio dizia), para compreendermos a nossa situação concreta atual.

Origem, interações e lutas

Florestan Fernandes, mais conhecido como Vicente¹ ente os familiares e amigos de infância, nasceu em São Paulo em 22 de julho de 1920, filho de mãe solteira e muito pobre. Sua origem é portuguesa e sua mãe veio ao Brasil para trabalhar e buscar melhores condições de vida (GARCIA, 2002).

Desde pequeno, o garoto Vicente (apelido de Florestan), por más condições, teve que trabalhar e, conseqüentemente, interromper seus estudos em idade escolar. Mesmo com essas dificuldades que o assolava, na leitura do próprio autor sobre sua infância, suas experiências formativas extrapolavam as formalidades estruturais o ensinando a enxergar a vida como trabalhador, pertencente a uma classe na qual desde a tenra idade é explorada e expropriada, não tendo, portanto, as mesmas condições das crianças que tinham acesso à escola e privilégios para embasar seu desenvolvimento integral. Nas palavras do autor

Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e a socialização pré e extraescolar que recebi, através de duras lições da vida. Portanto, [...] afirmo que iniciei a minha aprendizagem sociológica aos sei anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto. (FERNANDES, 1994, p.123)

Florestan, apesar de não ter acesso a boas escolas, influenciado por sua madrinha, Sra. Hermínia Bresser, gostava de ler bons livros e os acessavam quando tinha oportunidade (GARCIA, 2002).

Florestan tinha essa responsabilidade e grande força para correr atrás dos seus ideais, como o próprio autor comenta num texto publicado em 1977 no qual afirmou que ele e sua mãe eram duas fraquezas lançadas ao vento, no entanto, o que os mantinham em pé e em busca da vida eram os seus orgulhos selvagens (GARCIA, 2002).

Nessas idas e vindas, Florestan consegue voltar à escola por intermédio dos professores que iam tomar café no bar em que trabalhava. Os professores o admiravam muito, pois sempre estava lendo algo interessante. A escola chamava-se “Colégio Riachuelo” e oferecia curso de supletivo. Mais uma vez, depois de muito tempo, Vicente volta a interagir com o ambiente acadêmico que, sem ao menos imaginar, mais tarde lhe traria muitas alegrias e algumas tristezas (SOARES, 1997).

De acordo com Garcia (2002), ao conseguir melhores condições, Florestan faz o vestibular na Escola de Filosofia da Universidade de São Paulo no curso de Sociologia. O jovem passa no vestibular e começa a sua empreitada nos estudos acadêmicos.

Em umas das experiências na Universidade de São Paulo, o sociólogo conhece Hermínio Saccheta (ex-militante do Partido Comunista e dirigente do Partido Socialista Revolucionário – PSR e secretário-geral da Folha da Manhã) e tem acesso a discussões que abarcavam os conceitos do marxismo. Florestan dizia que essa foi uma bela experiência em sua vida, pois teve acesso aos pensamentos políticos e de intelectuais militantes (CERQUEIRA, 2004).

Pelo seu esforço, o sociólogo teve grande êxito na produção científica na Universidade de São Paulo. Por consequência do seu trabalho, torna-se professor de sociologia ocupando a cadeira de Sociologia I que era do seu grande mestre, Roger Bastide. A maioria das suas obras analisou os problemas e questões que estavam correlacionadas aos grupos minoritários, como Florestan dizia, os “de baixo”.

No ano de 1959, com muita experiência como professor, cientista e consagrada obra sociológica, Florestan e outros militantes encabeçaram um manifesto Em Defesa da Escola Pública. O acesso às ruas, para o grupo, foi uma fecunda experiência. O autor participou de palestras, debates e manifestações a fim de lutar por uma escola pública em todos os níveis, de qualidade, para todos, laica, pois entendia que o país necessitava de democratização do ensino, de formação de qualidade para o fomento do desenvolvimento tecnológico e industrial e de uma nação com a postura de cidadão que vive numa democracia (FERNANDES, 1966).

Por causa da ditadura militar instaurada no Brasil, no ano de 1969, por meio do Ato Institucional número 5 (AI-5), Florestan é exilado e aposentado compulsoriamente da Universidade de São Paulo. Nesse período o sociólogo ministra aulas como professor convidado na Universidade de Toronto.

Florestan, no final dos anos 1970, volta ao Brasil como professor na Universidade Pontifícia de São Paulo (PUC). Mais adiante, por intermédio do seu filho, Florestan Fernandes Júnior, conheceu o Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de não achar que o posicionamento político defendido pelo partido o contemplava integralmente, por convite de Luiz Inácio Lula da Silva, aceita entrar e militar pelos desfavorecidos junto ao jovem partido. Florestan consegue a candidatura como Deputada Federal para compor os debates e construção na Constituinte Brasileira de 1988 e encabeça, mais uma vez engajado pela educação, como representante do comitê de educação pelo PT e, pelo respeito, coerência e prestígio como intelectual, faz um expressivo trabalho nos dois mandatos (1987-1995) (CERQUEIRA, 2004).

No ano de 1995, mais especificamente no dia 10 do mês de agosto, conforme Cerqueira (2004), Florestan falece por erro da equipe médica, vítima de embolia, ou seja, condição provocada pela imensa entrada de ar nos vasos sanguíneos.

Como vimos Florestan sempre teve relações profundas com a educação. Em sua trajetória como aluno, foi marcado pela dificuldade de não acessar um ensino de qualidade e, com muitas dificuldades, terminar o colégio e entrar na universidade. Como militante pela educação do país, teve a oportunidade de participar e organizar grandes momentos defendendo uma escola que atendesse os interesses da grande maioria da população. Veremos a seguir como o autor entendia o papel da educação no Brasil no contexto proposto.

O papel da educação em Florestan Fernandes na década de 1960

A educação é um ato político, já dizia o próprio autor (FERNANDES, 1966; 1989). Segundo Anísio Teixeira (1988) o acesso escola sempre foi um privilégio no Brasil, sendo assim, a grande massa nunca teve possibilidades de ingressar a escola. Esse foi e ainda é um dos grandes dilemas da educação em nosso país, pois ainda temos déficits de vagas na maioria das etapas escolares e baixa qualidade no ensino oferecido aos trabalhadores brasileiros. Para Florestan, isso acontece por causa do caráter da nossa burguesia, por ele denominada, como autocrática, paternalista e mandonista.

Influenciado pelo pensamento de K. Mannheim (1956), Florestan Fernandes entendia que havia a possibilidade de democratização concreta dos bens comuns por meio da construção de uma sociedade democrática planejada, ou seja, o autor tinha a concepção de que a democracia podia ser instaurada no Brasil pela melhor distribuição de renda, acesso aos serviços oferecidos pelo Estado, pela cultura e por melhores condições concretas da massa trabalhadora.

O pensamento do sociólogo pode ser sintetizado por suas posições expressas no texto de 1959 denominado *A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada* no qual salienta que por meio da aplicação científica, conduzida intencionalmente pela junção sociológica e educacional, poderíamos avançar para uma sociedade com bases mais solidas no que se refere ao comportamento democrático num contexto de desenvolvimento.

Por compreender assim, o autor defende em 1959 e início da década de 1960, pontos que estavam na agenda liberal, pois entendia que eram questões que dialogavam com a esquerda, junto ao

grupo compostos por educadores como: Fernando de Azevedo e Anízio Teixeira. Florestan via que naquele momento, defender essas questões, isto é, a escola pública em todos os níveis, para todos, de qualidade e laica eram quesitos mínimos que possibilitavam o avanço para formar uma sociedade democrática (FERNANDES, 1966).

A educação seria um dos pontos que permitiriam o desenvolvimento industrial e tecnológico, a formação do cidadão com comportamento democrático e, assim feito, a possibilidade de uma revolução socialista. Serão esses pontos que trabalharemos nesse tópico.

Nesse momento Florestan propunha em um dos seus textos publicados em 1959 e reeditado em 2007, que o sociólogo junto aos educadores tinha condições para compreender a sociedade brasileira por meio da ciência aplicada, assim, proporcionaria racionalmente, ações que trariam benefícios a educação em geral, desde o afastamento dos modelos educacionais que até o momento eram emprestados de outros países mais desenvolvidos e encaixados na realidade brasileira até nas possíveis relações ideais entre educador e educando

O contexto de industrialização do Brasil engendrado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) no qual prometeu desenvolver o Brasil com o famoso lema “50 anos em 5”, fez com que Florestan imputasse à educação o dever de formar cidadãos que acompanhem o fervor do desenvolvimento tecnológico e industrial. O homem que sabe pensar e refletir com critérios técnico-científicos de forma sistemática, para o autor, consegue acompanhar o desenvolvimento da sociedade moderna, uma vez que possui a inteligência para criar e recriar em situações adversas. Ressalta também que o advento da revolução científica foi um dos grandes acontecimentos na humanidade e proporcionou aos seres humanos, novas possibilidades na interação e criação junto ao meio ambiente. Para que o desenvolvimento fosse maciço, Florestan considera que a formação técnico-científica deve ser oferecida a todos ou ao maior grupo de pessoas possíveis por meio da escola. Nesse quesito que entraria a educação como fator de mudança social provocada, ou seja, por meio da ciência aplicada, a educação teria o papel de provocar mudanças culturais, sistematicamente pensadas, intencionadas e articuladas (FERNANDES, 2005).

Tendo consciência de que entender a sociedade é algo extremamente complexo, principalmente, a sociedade industrial que, na visão do autor, tem em sua característica extrínseca à instabilidade, a educação técnico-científica embasaria qualquer mudança ocorrida socialmente, pois esse homem teria condições de pensar e refletir, racionalmente, e resolver esses problemas com mais destreza e propriedade (FERNANDES, 1966)

A formação do cidadão era fundamental para o avanço e construção da democracia, pois a democracia não existia na consciência dos indivíduos, nas bases profundas e na moralidade do homem brasileiro. Para Florestan (1966 p. 506) a democracia brasileira se “parece mais com uma estranha indesejável, repelida pelos ricos e poderosos, temida e odiada por círculos conservadores, e desprezadas mesmo por aqueles que dela fizeram o seu meio de vida”. Florestan defendia esse ponto por entender que a postura democrática proporcionaria relacionamento que produziriam igualdade entre as pessoas.

A postura de um cidadão, pertencente a uma sociedade democrática, tem que estar distante das concepções da velha sociedade colonial na qual pregava a escravidão como ponto comum das relações cotidianas. Na democracia todos os aparatos exclusivistas que predominavam no ideal da classe dominante, por questões vindas da sua própria lógica, tinham que ser desfeitos, já que o pressuposto político e organizacional desse modelo de sociedade é a participação de todas as pessoas de forma consciente, coletiva, inclusiva e ativa.

Para Florestan, a educação, bem como o desenvolvimento da ciência e tecnologia, propulsionaria essa nova postura para toda a massa e, conseqüentemente, seria fator *sine qua non* para a provocação de mudanças culturais (FERNANDES, 1966).

Por fim, mais não menos importante, Florestan tem a perspectiva de que não há possibilidades de avançar a uma sociedade socialista se não passarmos, experimentarmos e concretizarmos a democracia. O autor entende que o comportamento democrático levaria ao desenvolvimento nas relações, assim sendo, a possibilidade da deflagração do socialismo (FERNANDES, 1966).

Claramente que o autor não vê somente flores nesse caminho. Ele tem plena consciência de que o Brasil tem suas peculiaridades e não é de modo fácil e sem luta, acima de tudo, política, econômica e social, que a educação avançará a esse patamar. Portanto, a conquista por essas demandas foram e ainda são questões extremamente espinhosas e disputadas por blocos políticos que cada qual defende os seus interesses.

Além dos pontos debatidos, partindo das relações escolares e suas particularidades em loco, Florestan observava com mais afinco as interações entre professor e aluno. O autor entendia que tal relação, por nela se efetivar a educação escolar cotidiana, seria um ponto importante a ser repensada. Deste modo, será o tema do próximo tópico.

A relação entre professor e aluno na perspectiva de Florestan Fernandes

Defendendo a formação do cidadão participante ativo de uma sociedade democrática, Florestan entende que para obter essa postura por meio da formação escolar, a relação democrática entre o professor e o aluno seria um ponto fundamentalmente de ser reconfigurado porque nele que acontece concretamente a formação escolar.

Para Fernandes (1966) o professor reproduzia naturalmente, por causa da influência das relações autoritárias e exclusivistas vindas da própria estrutura social, cultural, econômica e política brasileira, a mesma lógica nas interações com seus alunos. Entretanto, para a obter uma formação com bases democráticas, essas relações deveriam ser repensadas, já que por meio delas que haveria a possibilidade, na prática, da convivência democrática, isto é, um ambiente que o aluno poderia participar, criar, experimentar e ser ativo nos debates e nas decisões dos rumos da escola e, possivelmente, desvincular-se da perspectiva das relações do antigo regime servil (FERNANDES, 1966).

Para Florestan, o professor teria a função de promover um ambiente que não fosse autoritário, não se utilizando de métodos de relacionamentos embasados nas relações de dominação, causando aos alunos a submissão incoerente (FERNANDES, 1966).

Florestan também destaca que esse comportamento, na perspectiva macro, está submetido politicamente as propostas da burguesia em continuar a submeter à massa trabalhadora a condições de desprestígio e de dominados por suas condições concretas (FERNANDES, 1966).

Portanto, a mudança no relacionamento entre educador e educando, auxiliaria na construção de novas qualidades de relacionamento e, se estenderiam gradativamente na realidade das interações objetivas cotidianas sociais.

A verba pública e seus direcionamentos na educação brasileira

Uma das grandes lutas travadas por Florestan Fernandes nesse período é o destino de investimento da verba pública para as escolas. A grande questão levantada pelo autor era: a verba pública tem que ser destinada ao desenvolvimento da escola pública, não das escolas particulares.

Na década de 1960, nos debates que antecederam a Lei de Diretrizes de Base da Educação de 1961 (4024/61), indo contra as propostas Deputado Carlos Lacerda (conhecida como substitutiva Lacerda), no qual patrocinou mudanças, encaminhando, no mês de dezembro de 1958, um projeto que o converteu a representante dos interesses e aspirações dos proprietários das escolas particulares (FERNANDES, 1966).

Contra o projeto de Lacerda, Florestan salienta a importância de exclusividade da verba pública ser destinada somente à escola pública, visto que naquele contexto, entendia que as escolas participares, além de não oferecerem qualidade na formação por não exigirem professores qualificados se comparada as regras dos editais dos concursos organizados pelo setor público, possibilitariam aos empresários da educação, mais lucros, acúmulo e a expansão do mercado educacional, transformando um direito comum, em mera mercadoria (FERNANDES, 1966).

Outro ponto tratado por Fernandes (1966) é do investimento no crescimento e na qualidade das escolas públicas. Se o governo optasse por destinar exclusivamente a verba da educação somente para o desenvolvimento das escolas públicas, haveria melhores condições na ampliação do atendimento escolar e, assim, melhores bases estruturais para atender toda a população com a idade escolar. Com o investimento nas escolas privadas, a verba se fragmentaria e se restringiria a classe dominante; e os desfavorecidos, por terem más condições, não conseguiriam entrar na escola por falta de vagas e, se quisessem continuar os estudos, teriam a “opção” de comprar sua vaga e ainda receber uma educação de baixa qualidade.

Obviamente que diante essa situação, a classe trabalhadora não teria a mínima condição de se manter na escola, porque nos dois casos, além de não poderem trabalhar, não conseguiriam se manter como estudantes. Essa questão, bem como o destino da verba, foi ponto de debate levantado pelo autor nas suas oportunidades de fala no movimento Em Defesa da Escola Pública (FERNANDES, 1966).

A democracia plena defendida pelo sociólogo, nessa concretude, isto é, sem acesso à escola de qualidade, pública em todos os níveis, laica e para todas as pessoas, seria dificilmente conquistada. Florestan tinha plena convicção da importância do conhecimento técnico-científico como base do desenvolvimento de cada cidadão como indivíduo e para o desenvolvimento da coletividade como nação.

Dentre as escolas privadas, havia outra questão a ser tratada: as escolas confessionais. Para o autor, as escolas que tinha bases ou ligações religiosas não eram compatíveis com a lógica democrática, pelo fato de tornar exclusivo somente uma religião e impor aos estudantes uma leitura de sociedade relacionada à fé ali professada. Além disso, o autor não estava de acordo com a aplicação da verba pública para seu custeio porque suas bases dogmáticas eram e sempre foram excludentes e exclusivistas no Brasil. Além disso, o intuito dessas escolas, por serem particulares, era o seu lucro (FERNANDES, 1966).

Nesse mesmo contexto, conforme Fernandes (1966), somando com as indicações feitas por Lacerda, foram propostas à construção de dois níveis de conselhos para representar e validar fatores que diziam respeito à educação brasileira: o Conselho Federal de Educação (CFE) e o Conselho Estadual de Educação (CEE). A proposta era que o CFE seria composto por trinta membros com representatividade de todos os Estados da Federação, entretanto, esses membros seriam indicados pelo Presidente da República. O CEE seguiria regras similares. Além do estranho modo de composição, o CFE teria vários poderes, dentre eles: decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior, federais e particulares; decidir sobre o reconhecimento das universidades; indicar disciplinas obrigatórias para os sistemas de ensino médio; elaborar os planos de recursos federais destinados à educação e a quantidade de bolsas de estudo e dos financiamentos para os diversos graus de ensino; promover sindicância por meio de comissões especiais; elaborar seu regimento, a ser aprovado pelo Presidente da República, etc. Florestan considera essa proposta descabida pelo fato de tirar quase todas as funções do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e particularizar assuntos que eram de preocupações públicas a pessoas indicadas, entregando assuntos de interesses comuns aos representantes de empresas da educação.

Mais uma vez, a burguesia brasileira, utilizava um aparato legal, ou seja, o Estado para atender seus próprios interesses internos. O sociólogo ressalta nas obras escritas nos anos de 1970 e 1980 (período após o golpe militar de 1964 no qual Florestan foi exilado), na América Latina, não há possibilidade da ordem democrática se estabelecer e concretizar-se porque os aparatos legais vindos do próprio Estado são excludentes e estão à mercê dos interesses exclusivistas e paternalistas das classes dominantes.

Por fim, vemos que a luta pela escola para os pobres permeia toda a trajetória de militância do autor. Suas convicções se lapidam conforme suas experiências e aprofundamento nas leituras (principalmente marxistas e leninistas). No final da década de 1980, Florestan Fernandes, após o a volta do exílio, luta pelos mesmos ideais, entretanto, por entender a lógica perversa do Estado brasileiro dito “democrático”, o caráter da burguesia e suas relações com os interesses particulares, inclui em seus discursos a proposta de uma educação revolucionária que atenda os trabalhadores, ou seja, para o autor não haveria possibilidade de avançar ao socialismo via democracia, mas somente por meio da revolução. Esse assunto não caberia aqui, pois certamente, teremos outras oportunidades para debatê-lo.

Algumas considerações

A educação no Brasil, certamente, faz parte das principais pautas de luta da classe trabalhadora. O autor aqui estudado colaborou com os debates pela educação oferecendo importantes reflexões para o tema proposto, pois como sociólogo e representante intelectual orgânico da classe trabalhadora, pôde sentir na pele e enxergar, tendo reflexões das próprias experiências vividas, as necessidades e dramas concretos “dos de baixo”.

O acesso à educação de qualidade, gratuita em todos os níveis, pública e laica ainda não faz parte da realidade do pobre. Apesar de, diuturnamente, ouvirmos o discurso de que a educação é para todos, ainda não temos vagas que contemplem toda a população e, em locais que o Estado conseguiu democratizar o acesso à escola, o sucateamento estrutural, os baixos salários dos professores, a falta de funcionários e os péssimos serviços prestados é lastimável (ALGEBAILLE, 2009).

As propostas e debates educacionais feitas por Florestan Fernandes ainda ecoam nos corredores da Universidade, nos artigos acadêmicos e nas escolas de ensino básico. Entretanto, a lacuna entre a escola dos ricos e a escola dos pobres é ainda marcada por diferenças gritantes em sua qualidade e, como consequência, distancia as reais oportunidades da classe trabalhadora em ter o mínimo de vislumbre por melhores condições.

A autocracia da burguesia brasileira se expressa nas políticas públicas por meio de manobras legais (ALGELAILE, 2009). Vemos as decorrências da destinação da verba pública às escolares particulares e o aprofundamento da exclusão dos menos favorecidos a boas condições de formação. Como o sociólogo previa em suas afirmações, a particularização da educação brasileira transformaria um direito comum em mercadoria, transformando em produto administrado por empresas que visariam somente o aumento dos lucros (FERNANDES, 1966).

Tão menos a postura democrática preconizada nas propostas feitas pelo autor foi alcançada. As relações escolares ainda continuam autoritárias, a meritocracia (lógica pregada pelo mercado) ainda perpassa todas as etapas escolares, transformando as interações entre os estudantes em competições que focalizam exclusivamente o mercado de trabalho e os *rankings* dos vestibulares (MARQUES, 2008).

Portanto, depois das experiências nos debates e luta pela educação brasileira (década de 1960), nos textos escritos entre 1980 e 1990, o autor já não considera mais que a transformação social necessária, que na sua perspectiva final era o socialismo, viria por meio da consolidação da democracia. O sociólogo entendeu, quando analisou a ditadura militar na América Latina e suas particularidades (FERNANDES, 2005; 2015), que só podíamos ter de fato conquistas na educação, por meio da revolução, ou seja, para Florestan a escola por si não daria conta de provocar novas relações sociais e econômicas, para haver ruptura com a lógica social e metabólica do capitalismo, teríamos que pegar em armas e lutar pelas transformações sócias tendo consciência como classe trabalhadora.

Referências

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. FAPERJ, 2009.

- CERQUEIRA, Lauez. *Florestan Fernandes: vida e obra*. Expressão Popular, 2004.
- FERNANDES, Floresta. *Poder e contrapoder na América Latina*. Zahar editores, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 86, n. 212, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Globo Livros, 2005.
- FERNANDES, Florestan. *Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante*. Estudos Avançados, v. 8, n. 22, p. 123-138, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *Círculo fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. Dominus editôra, 1966.
- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. Cortez Editora, 1989.
- FREITAG, Barbara. *Florestan Fernandes por ele mesmo*. Estudos Avançados, v. 10, n. 26, p. 129-172, 1996.
- GARCIA, Sylvia. *Destino ímpar*. Destino ímpar, 2002.
- MANNHEIM, Karl; WILLEMS, Emilio. *Ideologia e utopia: introdução à sociologia do conhecimento*. Globo, 1956.
- MARQUES, L. R. *Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação*. Educação e Sociedade. Campinas, v. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961- 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. Cortez Editora, 1997.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Cia. Ed. Nacional, 1968.

Notas:

- ¹ Pedagogo e mestrando pela Univesidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" na cidade de Marília. Minha área de pesquisa é a educação e meu tema de estudo é a atuação de Florestan Fernandes como pensador da educação e militante na Constituinte brasileira de 1988. E-mail: julio.hideyshi@gmail.com

Recebido em: 18/03/2018

Accito em: 21/08/2018